

O pensamento racial brasileiro na obra de Lilia Schwarcz

Brazilian racial thought in the work of Lilia Schwarcz

Micheli Longo Dorigan¹

Resumo: Uma das grandes referências, ao se adentrar no campo de estudo das relações raciais, é Lilia K. M. Schwarcz. Contudo, não existem trabalhos voltados ao estudo de suas obras. Assim, o objetivo da presente pesquisa é buscar compreender como a antropóloga problematiza as relações raciais e o pensamento racial, tomando como fonte principal sua tese de mestrado e doutorado, com auxílio dos artigos publicados pela autora até o período em questão. Teórica e metodologicamente a pesquisa orienta-se nas considerações de John Pocock: vocabulário normativo, contexto social; e nas reflexões de Pierre Bourdieu acerca do campo intelectual. As conclusões indicam que a produção de Schwarcz, erigiu uma interpretação das relações raciais no Brasil que evidencia o papel ativo e protagonista de um povo considerado inapto, assim como, a originalidade existente entre os intelectuais brasileiros, marcados pela ausência de autenticidade.

Palavras-chave: Pensamento Social, Relações Raciais, Lilia Schwarcz

Abstract: One of the great references, when entering the field of study of race relations, is Lilia K. M. Schwarcz. However, there are no studies focused on the study of his works, so the objective of this research is to try to understand how the anthropologist problematizes race relations and racial thinking, taking as the main source his master's and doctoral thesis, with the help of published articles. by the author until the period in question. Theoretically and methodologically, the research is guided by the considerations of John Pocock: normative vocabulary, social context; and Pierre Bourdieu's reflections on the intellectual field. The conclusions indicate that Schwarcz's production erected an interpretation of race relations in Brazil that highlights the active and leading role of a people considered inept, as well as the originality existing among Brazilian intellectuals, marked by the absence of authenticity.

Keywords: Social Thought, Race Relations, Lilia Schwarcz

Resumen: Una de las grandes referencias, al ingresar al campo de estudio de las relaciones raciales, es Lilia K. M. Schwarcz. Sin embargo, no hay estudios centrados en el estudio de sus obras, por lo que el objetivo de esta investigación es tratar de comprender cómo el antropólogo problematiza las relaciones raciales y el pensamiento racial, tomando como fuente principal su tesis de maestría y doctorado, con la ayuda de artículos publicados. Por el autor hasta el período encuestión. Teórica y metodológicamente, la investigación se guía por lãs consideraciones de John Pocock: vocabulario normativo, contexto social; y las reflexiones de Pierre Bourdieu sobre el campo intelectual. Las conclusiones indican que la producción de Schwarcz erigió una interpretación de las relaciones raciales en Brasil que destaca el papel activo y protagonista de um pueblo considerado inepto, así como la originalidad existente entre los intelectuales brasileños, marcada por la ausencia de autenticidad.

Palabras clave: Pensamiento social, Relaciones raciales, Lilia Schwarcz

¹Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e Bolsista PIBIC/CNPq-FA-UEM
Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021
ISSN 2317-4021

Introdução²

Uma das grandes referências, ao se adentrar no campo de estudo das relações raciais, é sem dúvida, Lília K. M. Schwarcz, pesquisadora que vem dedicando boa parte de sua produção a essa temática. Desde sua graduação em História pela Universidade de São Paulo, em 1976, com o trabalho de conclusão de curso *Escravidão em Vila Bela*, seguindo para o mestrado em Antropologia Social defendido na UNICAMP *Imagens de negros. A imprensa paulistana em finais do século XIX* – versada em livro no ano de 1987 com o título de *Retrato em Branco e Negro*; sua tese de doutorado – *Homens de ciencia e a raça dos homens: cientistas, instituições e teorias raciais no Brasil de finais do século XIX* – defendida em 1993, e no mesmo ano convertida em livro sob o título de *O espetáculo das raças*, representam uma trajetória bastante consistente no estudo do pensamento racial.

Entende-se que a obra da autora produziu um pensamento, uma interpretação das relações raciais no Brasil, bem como fez circular determinadas concepções e ideias sobre a temática. Ademais, o material em questão faz parte de um conjunto maior de obras realizadas nos anos 1980 responsáveis por mudar perspectiva dos estudos sobre a população negra do Brasil, sobretudo, por inserir na análise a capacidade de agência dessas pessoas. Nessa direção, a produção de Schwarcz, se mostra bastante notável, por construir uma interpretação das relações raciais no Brasil, ao longo de sua carreira acadêmica, evidenciando não só o papel ativo de um povo considerado incapaz, mas também, a originalidade presente na história de um país marcado pela falta de identidade.

Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é buscar compreender como a antropóloga problematiza as relações raciais e o pensamento racial em seu estudo, tomando como fonte principal sua tese de doutorado, com auxílio dos artigos publicados pela autora até o período em questão. Logo, pretende-se observar as fontes mobilizadas, os referenciais teóricos, bem como o ambiente de onde tal produção emergiu, além de elaborar um levantamento bibliográfico acerca da autora, tendo em vista a sua quase obrigatoriedade no estudo das relações raciais no Brasil, e a concomitante ausência de trabalhos voltados à construção de sua obra. Nesta direção, buscou-se uma literatura que pudesse fornecer elementos para tal movimento, assim, recorreu-se John Pocock (2003) e Pierre Bourdieu (2008).

Desse modo, a presente pesquisa, em princípio, orienta-se metodologicamente nas considerações de John Pocock, no que diz respeito, a busca pela compreensão do vocabulário normativo a que as obras da autora estavam submetidas, bem como a procura do entendimento do contexto social da mesma. A orientação fundamental reside, portanto, na articulação entre o contexto linguístico com o contexto social, as demandas impostas pela sociedade, em grande medida, à produção intelectual. Além disso, conta-se com as

²O presente trabalho tem origem no relatório final do Projeto de PIBIC Pérolas sob o sol: um estudo sobre a obra de Lília Katri Moritz Schwarcz, realizado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá

sugestões de Pierre Bourdieu acerca do campo intelectual, no intuito de buscar compreender melhor as escolhas e as opções disponíveis a autora.

Nesse sentido, destaca-se a questão do efeito de teoria, abordada por Bourdieu em *A economia das trocas lingüísticas* (2008), em que ao mesmo tempo em que as Ciências Sociais investigam e analisam a realidade elas também corroboram em sua construção. Este pensamento mostrou-se muito eficaz no estudo da obra de Schwarcz, na compreensão do conteúdo das obras e de como o esse conteúdo foi produzido. Segundo o autor:

Em resumo, a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo: a palavra, ou a fortiori, o ditado, o provérbio e todas as formas estereotipadas ou rituais de expressão, são programas de percepção. [...] Sob pena de ver-se impedida de compreender os fenômenos sociais mais fundamentais [...] a ciência social deve levar em conta o fato da eficácia simbólica dos ritos de instituição, ou seja, o poder que lhes é próprio de agir sobre o real ao agir sobre a representação do real. (BOURDIEU, 2008, p. 82-99).

Outra questão interessante apontada pelo autor, diz respeito à censura, de acordo com ele:

Entre as censuras mais eficazes e mais bem-dissimuladas situam-se aquelas que consistem em excluir certos agentes da comunicação, excluindo-os dos grupos que falam ou das posições de onde se fala com autoridade [...] Assim, as produções simbólicas devem suas propriedades mais específicas às condições sociais de sua produção e, mais precisamente, à posição do produtor no campo de produção. (BOURDIEU, 2008, p.133).

O contexto histórico

Os anos 80, intitulado por inúmeros intelectuais como a “década perdida”, se caracteriza como um período de transição, com o estimado “término” do regime autoritário instaurado em 1964, e concomitantemente com a retomada, aos poucos, da democracia. A fundação do Partido dos Trabalhadores (1980), o movimento Diretas Já (1983-84), assim como o fim do regime militar no Brasil (1985) e a primeira eleição direta para presidente da república (1989) são exemplos pertinentes de acontecimentos que marcaram o período.

No que tange ao aspecto intelectual, em virtude do processo de abertura política, novas ideias começam a circular, concomitantemente as novas possibilidades teóricas e metodológicas, permitindo aos futuros autores um olhar diferente sobre os problemas existentes na sociedade brasileira. O tema da escravidão africana, na historiografia, foi um dos que foram atingidos diretamente por essa conjuntura, com a realização de novas pesquisas, debates, abrindo novos campos dentro do assunto. Sobre tudo, o trabalho

interdisciplinar, direcionou novas abordagens, fazendo com que a história da escravidão, em seu sentido próprio e direto, ampliasse-se na história social do negro no Brasil.

Nesse contexto, despontam novos atores no cenário político e social que começavam a desenvolver ações não assumidas pelo Estado, com vários movimentos e organizações procurando conscientizar os indivíduos da sua condição enquanto sujeitos de direitos, e de deveres. O movimento negro, em específico, ganha novo impulso, ganhando corpo também, no pensamento dos historiadores e cientistas sociais. Entidades como o Grupo Palmares, criado em Porto Alegre em 1971; o Centro de Estudos e Arte Negra (CECAN), aberto em São Paulo em 1972; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), inaugurada no Rio de Janeiro em 1974, e o Bloco Afro Ilê Aiyê, fundado em Salvador em 1974 são formadas nesse contexto. Nesse período, observam-se ainda avanços em relação ao reconhecimento do papel essencial da população negra na formação sócio histórica do país, com demandas, inclusive para o Estado, pressionando o Poder Público para responder aos problemas raciais existentes no país. (MOEHLECKE, 2012, p. 202).

Ademais, as universidades nesse período, de acordo com Motta (2008), tinham papel essencial para o desempenho do governo militar, na formação das futuras elites e profissionais na gestão do país, sendo necessário, por isso, medidas a fim de obter o auxílio dos dirigentes dessas instituições. Além disso, embora nunca tenha se assumido uma ditadura, e logo não podendo usar de meios legais para efetuar suas ações, uma vez que as Universidades faziam parte da estrutura do Estado, existiam meios de punir quem não assentisse a cooperação, como aposentadorias compulsórias, demissões, perda de verba, etc. Assim, embora houvesse resistência contra o autoritarismo, essas se davam de modo mais sutis, em se tratando dos reitores, deixando as lutas de fato no campo do movimento estudantil e sindical. De acordo com o autor:

No seu eixo conservador, a política do regime militar para as Universidades implicou o combate e a censura às idéias de esquerda e tudo o mais considerado perigoso e desviante – e, naturalmente, reprimiu e afastou dos meios acadêmicos os seus defensores; o controle e a subjugação do movimento estudantil; a criação de agências de informação (as AESI) para vigiar a comunidade universitária; a censura à pesquisa, assim como à publicação e circulação de livros; e tentativas de disseminar valores tradicionais através de técnicas de propaganda (murais e panfletos), da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo (chamadas nas universidades de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB) e de iniciativas especiais como o Projeto Rondon. (MOTTA, 2008, p.32).

As Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), constituíram um eixo central no que diz respeito à vigilância e repressão, e foram formadas a partir de janeiro de 1971, e instaladas nas Universidades Públicas, com apoio da Reitoria, para monitorar a vida acadêmica. Entre suas principais ações, destacam-se: filtragem nas contratações; barragens na entrada de professores “esquerdistas”; controle de manifestações e ações políticas promovidas pelas lideranças estudantis; controle da circulação internacional de docentes e a dispersão da propaganda emitida pelo governo.

Ademais, segundo Motta (2008), o monitoramento tinha como alvo também umas das importantes atividades da Universidade: a pesquisa. Os assuntos de mais interesse eram os que tinham relação com a segurança nacional, com os cientistas ligados a tais áreas, sendo constantemente vigiados. Contudo, durante a gestão de Ernesto Geisel (1974-1979), o eixo modernizante³ amplia-se nas Universidades, com a expansão das verbas públicas para o ensino superior, e investimentos em instituições de pesquisa, como o CNPQ, Finep e Fapesp. Para a extrema-direita do regime militar, Geisel era tido como traidor, sujeito as influências da esquerda.

Nesse contexto, a equipe da AESI/USP manifestou desgosto com a atuação da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), acusada de financiar pesquisadores e projetos com perfil esquerdista. Um documento produzido pela AESI/USP afirma que o governo paulista deixara a esquerda infiltrar-se na Fapesp e, com isso, verbas estariam sendo destinadas a inimigos do regime. Mas o pessoal das AESI também interferiu em temas que ameaçavam menos a ordem política e mais a imagem do Brasil construída por suas elites, embora fazendo uso do indefectível argumento de ameaça à Segurança Nacional. Na segunda metade da década de 1970, a AESI/USP se interessou por pesquisas sobre a temática racial realizadas por cientistas sociais ligados à Universidade de São Paulo. Pelo menos em duas ocasiões o aparato de informações tentou criar obstáculos para pesquisas consideradas inconvenientes, ambas em 1977. (MOTTA, 2008, p.49).

Ainda, o autor destaca que:

Esses casos são interessantes por mostrar a maneira elástica como o conceito de segurança nacional era manipulado pelas elites governantes. O regime militar havia incorporado o conceito de “democracia racial” como dogma, e preocupava-se em evitar que pesquisadores acadêmicos questionassem sua validade. O temor era que a denúncia da existência de racismo no Brasil servisse de estímulo à eclosão de conflitos sociais de natureza racial, colocando em xeque a ordem e segurança interna. (MOTTA, 2008, p.50).

Nesse quadro, é interessante notar o ambiente específico dentro das universidades pelas quais Schwarcz passou: a USP⁴ e a UNICAMP⁵. Durante o regime militar, na Universidade de São Paulo, de acordo com a Comissão da Verdade da USP⁶, ocorreram graves violações aos direitos humanos, que afetaram desde docentes, até funcionários e alunos. De acordo com Janice Theodoro da Silva, coordenadora da comissão e professora aposentada do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, de um total de 434 pessoas identificadas como mortas e/ou desaparecidas pela Comissão Nacional da Verdade, mais de 10% pertenciam comunidade USP, por atuação, principalmente de organizações políticas que nasceram dentro da Universidade. Ainda, as ações se deram

³Nas universidades o eixo modernizante significou, segundo Motta (2008): racionalização de recursos, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos, substituindo o sistema de cátedras, incentivo e recursos à pesquisa e à pós-graduação.

⁴Universidade de São Paulo

⁵Universidade Estadual de Campinas

⁶Relatório contendo documentos e relatos a fim de investigar e esclarecer os atos ocorridos na época, dividido em dez volumes

muito em prol da facilidade de fiscalização por parte do governo, tendo em vista a aderência dos Reitores ao regime.

Além disso, segundo Silva durante a segunda gestão do reitor Miguel Reale (1969-1976), foi criada a (AESI) possibilitando a fiscalização de todos os professores, funcionários e alunos da Universidade. O órgão possuía ligações com o Sistema Nacional de Informação (SNI) e com o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), que recebiam diariamente relatórios com informações da comunidade acadêmica, pautada em critérios pessoais, constituindo um verdadeiro “caça as bruxas” na USP. Nesse período de terrorismo cultural, deu-se início a cassação de professores, em todas as áreas de conhecimento, que possuísem “ideias marxistas ou subversivas” ⁷. Após a instauração do Ato Institucional nº5 a tensão aumenta e:

Desencadeia-se, então, a fase mais violenta da repressão policial, que atinge a toda a sociedade civil. [...] Da cúpula universitária, já domesticada pelo expurgo, não parte nenhum protesto. A imprensa, amordaçada pela censura, não denuncia mais. Estudantes e docentes são presos dentro do próprio campus e alguns inclusive retirados à força das aulas por policiais armados, em clima de grande comoção. [...] Multiplicam-se as sessões de tortura. Dezenas de professores, em uma ou outra ocasião, são detidos ou intimidados a comparecer aos órgãos de segurança para prestar informações. Muitos são presos, alguns são torturados. Alunos são mortos, outros “desaparecem”. (2004, p.65, disponível em <https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>).

Devido à tamanha violência e repressão ocorridas na Universidade de São Paulo, a vida acadêmica na Universidade Estadual de Campinas aparenta relativa tranquilidade, contudo, de acordo com a Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”, as coisas não foram bem assim. Segundo Caio N. de Toledo, no texto “A UNICAMP não foi uma ilha: por uma Comissão da Verdade e Memória”, vários docentes e discentes sofreram ameaças de morte, além de serem igualmente presos e torturados na década de 1970. Embora alguns fatos, corroborem no intuito de acreditar que a instituição teria sido uma “ilha”, como a defesa de “dirigentes esclarecidos”, o acolhimento de estudantes de outras universidades, contratações de docentes, que eram críticos abertos ao regime militar (vindos da USP, inclusive), a conclusão não deve ser feita nessa direção, pelo contrário:

Além de reconhecer a atuação dos membros da comunidade acadêmica que não se calaram no combate ao *terrorismo de Estado* do pós-1964, os trabalhos da *Comissão* poderiam também comprovar que – não obstante, os riscos e os interditos – a Unicamp construiu espaços de resistência democrática. [...] Igualmente, a pesquisa sobre os tempos da ditadura poderá mostrar que a Unicamp teve unidades de ensino e centros de pesquisa que questionavam abertamente a política econômica, social e educacional do regime militar bem como organizou eventos (inclusive internacionais) com a participação de autores de esquerda e críticos da ditadura. A criação de uma *Comissão da Verdade e Memória* seria, pois, uma clara afirmação de que a comunidade acadêmica da Unicamp está radicalmente

⁷Expressões cunhadas no livro o “O Controle Ideológico na USP (1964-1978)”

comprometida com os valores democráticos e repudia o arbítrio, a intolerância e o autoritarismo do regime de 1964. Comprometida com a permanente busca da “verdade histórica”, nossa comunidade acadêmica afirmaria que não transige em matéria de pesquisa livre, de docência crítica e espaço do irrestrito debate democrático. (TOLEDO, 2013, p. 9-11).

Do contexto às obras da autora

Tendo em vista a dimensão da produção de Schwarcz, será dado um enfoque a três obras principais, para a compreensão do pensamento da autora.

Retrato em branco e negro⁸

Nas últimas décadas, um dos temas mais discutidos da historiografia contemporânea é o uso de jornais como fonte e objeto de pesquisa, por virem ocupando e se disseminando como ferramenta fundamental nos campos de ensino e pesquisa. Tal interesse na imprensa, contudo, só se deu recentemente, sendo reconhecido seu valor real apenas com a revolução no interior da disciplina de história, na década de 1970, onde emergiram novas tendências historiográficas, a fim de incorporar novos problemas, objetos e abordagens, redimensionando a história para o campo social e cultural.

Nesse sentido, os estudos relativos à imprensa surgem como uma possibilidade de estudar e interpretar fatos e eventos passados, assim como compreender processos no interior de uma sociedade, que dificilmente apareceriam de forma tão detalhada em outros tipos de fonte. Além disso, o novo olhar dado a imprensa no espaço acadêmico, se deu fortemente a partir da relação da própria, com a história do Brasil, desde o início do século XIX. Nesse contexto, os jornais eram entendidos como importantes agentes de formação e construção no interior dos processos sociais, políticos e econômicos em que atuam. Se constituindo como forças ativas, políticas, veículos formadores de opiniões, que podiam orientar o rumo das decisões na sociedade.

É com isso em mente, que Lília K. M. Schwarcz, em um dos seus primeiros livros *Retrato em Branco e Negro*, fruto de sua dissertação de mestrado em Antropologia Social realizada na Universidade Estadual de Campinas, (UNICAMP), São Paulo, 1987, utiliza os jornais como fonte principal a fim de compreender o imaginário social do negro, como era falada e representada a sua condição, na cidade de São Paulo no final do século XIX. Nas palavras da autora “... os jornais são aqui entendidos, primeiramente,

⁸Referência ao livro da autora publicado em 1987 pela Companhia das Letras, “Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX”

enquanto ‘produto social’, isto é, resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas”. (SCHWARCZ, 1987. p 15)

Além do mais, consciente da circunstância proveniente do uso de tais fontes, não sendo transmissores imparciais, Schwarcz, relacionando ao contexto histórico de sua produção, assim como usando outras fontes como referência, aborda com cautela a questão. Assim, apreendendo-os não como expressões verídicas de um determinado período, mas sim como segmentos localizados e importantes na sociedade, que produziam, refletiam e representavam pensamentos e valores da época (SCHWARCZ, 1987. p 17). Nessa lógica, a autora analisa a imprensa de São Paulo nos finais do século, como palco das principais discussões da época, centradas em duas questões principais: o problema do negro, em meio ao processo abolicionista e as mudanças no regime político, com o advento da República, a fim de entender a dinâmica estabelecida, de construção e manipulação da representação do negro cativo ou liberto, no momento de intensificação das rebeliões negras, no período final da abolição.

Ademais, além de tais debates, que carregavam embates práticos e políticos sobre os diversos grupos dirigentes, e lidavam como problemas centrais como raça, cidadania e igualdade, o novo centro de atividades, que era a cidade de São Paulo contou também com novas ideias, que se difundiram rapidamente como justificativa a estrutura social vigente. Entre elas, o positivismo e o evolucionismo ganharam destaque e repercutiram na imprensa do final do século, com os discursos deterministas sobre a inferioridade negra, agora afirmando via “sciencia”, aparecendo não só nos grandes debates, mas também nas pequenas seções, que compunham as partes básicas e cotidianas dos jornais. (SCHWARCZ, L. 1987. p 40).

Desse modo, com São Paulo se tornando o principal centro político, econômico e social do país, a imprensa se dará não só como reflexo, mas também como produção de valores e posturas, e cumprirá papel de grande importância, ganhando cada vez mais destaque até se constituir nos termos irônicos de Lima Barreto na “Onipotente imprensa, o quarto poder fora da constituição” tendo o poder de “tudo publicar e a todos ferir”. (SCHWARCZ, 1987 p 52-3).

Entre amigas: relações de boa vizinhança⁹

O título do artigo, que é no mínimo curioso, constitui uma referência a expressão utilizada por Robert Darnton, sobre a discussão existente entre antropologia e história. Nesse sentido, a autora, que sempre perambulou entre as duas disciplinas durante sua carreira acadêmica, defendendo a sua aliança, discorre acerca de tais “boas relações”. Segundo Schwarcz “Marc Bloch, em trabalho pioneiro sobre os assim chamados ‘reis taumaturgos’ já em 1923 atentava para ‘a natureza profunda dos fenômenos sociais’, e assim de acordo com Le Goff (1993), estava a partir de então fundada uma nova vertente, [...], nessa ocasião

⁹ Referência ao artigo “Entre Boas Amigas: História e Antropologia” publicado em 1994 na Revista USP.
Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021
ISSN 2317-4021

denominada ‘antropologia histórica’.” (SCHWARCZ, 1994 p.69). O problema seria, para Bloch, escolher entre a objetividade e racionalidade das explicações e a existência de um lugar próprio da cultura, como protagonista.

De acordo com a autora, tal ambiguidade serviu de inspiração, por exemplo, para o antropólogo Claude Lévi-Strauss, grande nome no campo estruturalista, para refletir e analisar a questão da magia. Nessa perspectiva, “o trabalho com certos conceitos herdados da famosa escola dos Annales, como ‘a longa duração’ e, sobretudo a noção de ‘mentalidades’, traz ganhos fundamentais, [...] para retraçar os vínculos entre antropologia e história.” (SCHWARCZ, 1994 p.70). A partir disso, ela argumenta que:

Um novo grau de autonomia para a história cultural e para a cultura é conquistado nesse momento, assim como se diluem as fronteiras que dividiam os mitos e a história, como se coubesse aos primeiros o reino da subjetividade e da imaginação e à segunda, pensada sempre no singular, o universo da verdade e da objetividade. Com o enfraquecimento de uma história do tipo *événementielle* e o reconhecimento de lógicas culturais diversas, apreendidas na longa duração, a ‘vizinhança’ deixa de ser assumida enquanto área de litígio e passa a ser pensada em termos de relações de companheirismo e de trocas recíprocas. (SCHWARCZ, 1994 p.70).

Ela continua:

A diversidade e a alteridade, redutos de uma antropologia tão marcada pelo estudo do ‘outro’, passam a ser flagradas não somente através do recuo geográfico, mas, nesse caso, por meio de um afastamento temporal, cujo estranhamento leva a crer na existência de outros homens e outros mundos, que não têm de se conformar à nossa ‘vil tradição ocidental’. Assim, outrora separadas por aportes quase opostos- a diacronia para a história e a sincronia no caso da antropologia -, as duas disciplinas aparecem, nesse contexto, unidas ou mesmo irmanadas no sentido de abrir mão de antigas e estabelecidas dicotomias e refletir sobre a contigüidade dos fenômenos, a estrutura e a história, ou mesmo ‘quando o mito é realidade e a história vira metáfora’. (SCHWARCZ, 1994 p.70).

Desse modo, segundo Schwarcz, deve-se focar principalmente nas questões teóricas responsáveis por unir e manter as duas áreas, em vez de seus objetos, a fim de compreender a relação entre elas. Nesse quadro, a autora utiliza como método a comparação entre as disciplinas e o uso particular e comum de seus conceitos, tomando como referência o antropólogo norte-americano Marshal Sahlins, e o historiador da cultura Robert Darnton. Assim, apesar da grande diversidade existente entre os dois, “refina-se aos poucos um debate que dialoga com o modelo estrutural - no que ele tem de significativo, sincrônico e permanente -, sem que se abra mão do contexto, da cultura e da história. Uma estrutura que se atualiza, a história que se altera com a cultura e vice-versa.” (SCHWARCZ, 1994 p.71).

O primeiro exemplo é a história contada por Darnton acerca de um massacre de gatos ocorrido por volta de 1730, onde contrasta a dramaticidade do fato, com o formato hilariante do relato. Segundo a autora,

sua intenção foi usar a influência lúdica como elemento essencial para a compreensão dessa cultura, dotada de um contexto específico, significados e associações. Nessa linha, ela destaca:

Estamos diante da concepção polifônica de símbolo, empregada por Darnton, que supõe que ‘símbolos podem significar muitas coisas ao mesmo tempo’ (1990, p. 285). É só dessa maneira que os símbolos deixam de ser entendidos enquanto função social (...) e passam a ser utilizados como categorias, categorias sociais (...) Em outros termos, estamos próximos da noção ‘relativista’ do universo simbólico, defendida por Lévi-Strauss, por oposição à concepção ‘realista’ de Freud, que supõe um significado quase absoluto para os símbolos. É nesse sentido que o antropólogo não procura ‘um significado verdadeiro. (1986, p. 243). (SCHWARCZ, 1994 p.72).

Por outro lado, Marshal Sahlins procura ultrapassar as oposições binárias, tão comumente utilizadas na antropologia de sua época, a qual opõe de forma rígida estrutura e história, diacronia e sincronia, passado e presente, etc. Além disso, defende a interpretação simbólica da cultura de Clifford Geertz, criticando a noção utilitarista da mesma, com a proposta de que ela é constantemente modificada, reelaborada e ressignificada. Nesse quadro, o famoso trabalho de Sahlins sobre o capitão Cook, buscava uma maneira de refletir culturalmente a história e verificar como a história se tornava metáfora, e o mito realidade. Assim, “a estrutura aparece, então, como um objeto simultaneamente perene e histórico, constantemente reavaliado em suas categorias. ‘Cada reprodução da estrutura começa com a sua própria transformação’, afirma Sahlins (1990).” (SCHWARCZ, 1994 p.73).

A autora prossegue:

Assim, interessa ao antropólogo desvendar mitos contemporâneos que revelem como os povos carregam olhares culturais que os distinguem e que condicionam a sua interpretação e capacidade de compreensão. O ineditismo está, portanto, no estabelecimento de um debate com os estudos tradicionais, reconhecendo nesses povos respostas criativas, e não exclusivamente reações passivas frente a modelos externamente impostos. É esse o contexto para a construção de novas historicidades, elaboradas tanto no interior de uma sociedade como entre sociedades que reavaliam suas categorias. A cultura trapaceia com a natureza, dando velhos nomes a novos significados; é a prática que atualiza a estrutura. (SCHWARCZ, 1994 p.74).

Desse modo, a Schwarcz chega à conclusão que se deve, primeiramente, enaltecer as culturas diferentes, entendendo a diferença como aspecto positivo; e em segundo lugar perceber a lógica dos universos culturais em sua radicalidade, não os limitando a contextos imediatos e específicos. “Trata-se de afirmar a existência de historicidades particulares a cada cultura, bem como de compreender que os eventos ganham interpretações variadas em função do arsenal cultural de cada povo. Por outro lado, é preciso retomar à noção de diferença”. (SCHWARCZ, 1994 p.75). Ela propõe então contrapor a ideia particularista de cultura à noção flexível de circularidade cultural e criticar o conhecimento que impõe as outras culturas uma visão estereotipada de sociedades não ocidentais.

E assim, finda o artigo com a interessante consideração:

Talvez a partir desse recorte seja possível repensar o viciado debate em tomo da cultura nacional brasileira, sempre vista sob o ângulo da ‘falta’, e retomá-lo, nos termos de R Morse, enquanto opção cultural (1990). Enfim, se levarmos a sério as especificidades da colonização ibérica, e a tentarmos para uma certa experiência cultural que nos distingue, quem sabe possamos reconhecer a existência de um certo olhar cultural, que não nos faz autônomos em relação ao contexto externo nem nos qualifica positivamente nesse sentido, mas destaca particularidades. [...] A ausência do indivíduo e de instituições de representação, a complicada relação entre espaços públicos e privados, uma certa exaltação de uma ‘mestiçagem malandra’ que age nos espaços deixados pela imprecisão da lei ora escrita, ora falada -, eis alguns temas destacados como pistas para se pensar na existência de um espaço ao mesmo tempo persistente e dinâmico da cultura local. [...] Talvez baste afirmar, assim como fez Boas no início do século, ‘que o olho que vê é o órgão da tradição’ e que, nesse sentido, nós, como os polinésios de Sahlins ou os camponeses de Darnton, somos mesmo ‘míopes culturais’. (SCHWARCZ, 1994 p.75).

Complexo de Zé carioca

A antropóloga inicia o texto com um tema já discutido mais atenciosamente no artigo *Entre amigas: Relações de Boa Vizinhança* (1994): a interdisciplinaridade entre história e antropologia. Nessa linha, a questão da diacronia e sincronia aparece como central aos seus olhos, assim como a tendência, tanto histórica quanto antropológica, de “transformar o ‘outro’ em ‘um’; determinar uma história e uma antropologia, sem que se destaquem escolas, vertentes ou recortes.” (SCHWARCZ, 1995). Desse modo, para a autora, inspirada em Marc Bloch, uma possível solução seria priorizar e desenvolver as questões que utilizam da diacronia e da sincronia, não separadamente, mas sim em conjunto.

Nesse sentido, segundo Schwarcz:

Estamos, portanto, no pantanoso terreno que opõe estrutura e história, e é talvez nesse gancho que a ‘história da cultura’ se separa de uma ‘antropologia cultural’. Ou seja, em vez de exclusivamente focar o processo de construção e desconstrução de sentidos, em sua referência ao contexto em que se insere, talvez o desafio seja insistir nas ‘persistências’, no diálogo que a cultura trava e em como atravessa explicações apenas pontuais. Fazer uma história recortada por problemas e conceitos talvez nos leve a repensar a dimensão estrutural e a estourar a noção de cultura; reconhecer a existência de valores de permanência, que sobrevivem à infra-estrutura mais imediata e dialogam, re-significados, em outros contextos. (SCHWARCZ, 1995).

Além disso:

Nesse sentido, a ‘fábula das três raças’, essa ladainha que desde os tempos coloniais reconta nossa história a partir do papel formador dos negros, índios e brancos, parece relevante para se pensar em como a assim chamada cultura nacional sempre se constituiu por meio de um processo de tradução, seleção, cópia, alteração e atualização. A idéia é, portanto [...] indagar sobre a recorrência da explicação que insiste no caráter misto de nossa sociedade; sobre o diálogo que essas pequenas narrativas estabelecem entre si e que, ao mesmo tempo,

constroem e desconstroem a mestiçagem como tema; a malandragem como representação. Na pista de M. Sahlins, pensar como a ‘história vira metáfora e o mito realidade’. (SCHWARCZ, 1995).

Ademais, segundo a antropóloga, não é recente a crítica dos intelectuais brasileiros a ausência de tradições e singularidades, assim como de uma carente cultura nacional. Nesse sentido, Silvio Romero é um exemplo essencial, ao lamentar em suas obras, a tímida originalidade existente em nosso país, apontando, em vez disso a “cópia” como nosso maior mal. Além disso, ao lado do mal-estar da cópia encontra-se outro tipo de desconforto, quase paralelo: a questão da identidade nacional, que vem à tona ora como elogio, ora como demérito e acusação. Assim, a autora busca encontrar, neste trabalho, respostas para a questão da nacionalidade brasileira, recorrentemente ligada à mestiçagem, ora positiva ora negativamente, que:

[...] de racial e detratora, se faz moral e nacional. É essa mesma mestiçagem que se resignifica em ‘malandragem’ no início do século e se converte em ícone nacional na figura preguiçosa de Macunaíma, de Mário de Andrade, ou então na personagem do Zé Carioca, criada por Walt Disney em 1942 para o filme *Alô, amigos*. (...) Com efeito, era o próprio olhar que vinha de fora que reconhecia nesse ‘malandro simpático’ (Disney, 1945) uma espécie de síntese local, ou ao menos uma boa imagem a ser exportada. [...] A intenção é atentar para a existência de uma certa ‘estrutura da conjuntura’ (Sahlins, 1990), que implica pensar, ao mesmo tempo, nas persistências e em suas atualizações. Talvez esse debate nos leve a descobrir, assim como propôs Richard Morse, não uma identidade construída por meio da exclusão e da falta, mas antes ‘uma opção cultural’ (1991), cuja lógica estaria presa a um contexto que lhe é exterior mas que é sempre apropriado por significados que são retraduzidos em termos locais. (SCHWARCZ, 1995).

Nessa perspectiva, o objetivo da antropóloga é, a partir de momentos-chave de nossa história intelectual, perceber as relações da mestiçagem vinculada a identidade nacional. Nesse sentido, o principal momento, e o estopim foi a independência em 1822. A partir dela várias medidas seriam tomadas, a fim de formalizar e dar estrutura ao país recém emancipado. Destaca-se nessa linha, a fundação das faculdades de medicina e direito, já alguns anos após o ocorrido, para deixar a nação saudável, e com leis próprias, formalizando sua soberania, e construindo uma inteligência local. No entanto, mais inesperada das instituições criadas, foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1839. O primeiro concurso promovido pela organização em 1844, já dizia muito do intuito de sua criação, com o título “Como escrever a história do Brasil”. A tese do vencedor, o naturalista alemão Karl von Martius, era que a nossa história tinha como pilar a miscigenação. (SCHWARCZ, 1995)

Por outro lado, havia também, entre os cientistas estrangeiros, o consenso de um Brasil descrito como um “laboratório de raças”, onde a miscigenação ocupava o papel de principal culpada desse espetáculo. Nesse momento então, coexistiam duas singularidades, uma positiva, constituindo nossa esperança – postura encontrada, por exemplo, nas obras de Silvio Romero-, e outra negativa, nossa sentença de degeneração – vide Nina Rodrigues. Além dessas, propagavam-se modelos como as ideias

segregacionistas das escolas de medicina, ou as teorias de branqueamento, e na esperança de um Brasil branco, insurgiram nos mais diversos locais, o apoio a vinda de mão-de-obra branca e europeia.(SCHWARCZ, 1995).

Contudo, a partir desse momento, de acordo com a autora, algumas coisas começam a mudar:

Sobretudo a partir do final dos anos 20, os modelos raciais de análise começam a passar por uma severa crítica, à semelhança do que já acontecera em outros contextos intelectuais. As diferenças entre os grupos deveriam ser explicadas a partir de argumentos de ordem social, econômica e cultural, não se levando mais em conta as supostas diferenças biológicas e somáticas. Raça, nesse contexto, aparece quase como um ‘slogan de época’, uma noção em desuso que deveria ser rapidamente extirpada do vocabulário local. (...) Intelectuais ligados ao poder público passavam a pensar em políticas culturais que viabilizassem ‘uma autêntica identidade brasileira’. Com esse fim é que foram criadas e aprimoradas instituições culturais que visavam ‘resgatar’ nosso folclore, nossa arte e nossa história. (SCHWARCZ, 1995)

Nesse contexto, a antropóloga destaca Gilberto Freyre, com o livro *Casa Grande & senzala* (1933), apresentando as pessoas um novo sentido a fábula das “três raças”, e uma nova maneira de pensar a diversidade racial brasileira. Para ele, mesmo mista, a cultura brasileira era homogênea, e original, com negros, índios e brancos vivendo em consonância. Além dele, a autora aponta também Mario de Andrade, com a obra *Macunaíma* (1928), um dos grandes exemplos dos romances vinculados ao pensamento social do período. Nessa perspectiva, segundo Schwarcz:

[...] num momento em que mais uma vez se inventava a nacionalidade, a identidade e as singularidades nacionais se transformavam rapidamente em ‘questões de Estado’. Com efeito (...) é só com o Estado Novo que intelectuais ligados ao poder público implementam projetos oficiais nessa direção. A partir desse momento, o ‘mestiço vira nacional’, paralelamente a um processo crescente de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados em meio a esse contexto. (...) Evidencia-se, portanto, uma aproximação positiva entre as noções de nacionalidade e de mestiçagem, que constituirá matéria-prima para a elaboração de símbolos nacionais, sobretudo ao longo das décadas de 30 e 40. (SCHWARCZ, 1995).

Desse modo, na elaboração de uma cultura nacional popular e mestiça elementos como a feijoada, a capoeira e o samba, emergem como símbolos da pátria, deixando de lado todo o estigma e a repressão neles existentes. Concretizava-se assim, o país de Gilberto Freyre, em que imperava a harmônica convivência racial. Nessa linha, segundo a autora, os próprios sujeitos serão os responsáveis por estas associações, as quais seriam apropriadas pela imprensa do Estado Novo. Estariam em voga então, duas versões opostas sobre a malandragem mestiça. A primeira, de teor negativo, a relacionava a vagabundagem, carência de trabalho, e a uma tendência a criminalidade. Por outro lado, na segunda, e mais aparente no contexto “o malandro aparecia definido como um sujeito bem-humorado, bom de bola e de samba, carnavalesco

zeloso. Enfim, o malandro parece personificar com perfeição a velha fábula das três raças, numa versão mais recente e exaltadora.” (SCHWARCZ, 1995).

Caminhando para a conclusão, a autora retoma a relação de interdisciplinaridade entre antropologia e história, apontando-a como peça chave na reflexão elaborada sobre a fábula das três raças. Nela, a estrutura da mestiçagem se manteve, embora se transformando de acordo com contextos específicos, passando do romantismo, às teorias biológicas, e finalmente, à símbolo cultural da nação. Nesse sentido:

[...] talvez seja possível pensar a recorrente história das três raças como uma estrutura local e singular, que não permanece como vestígio, mas antes porque sua lógica não se esgotou e ainda leva a uma produção de versões em espiral (Lévi-Strauss, 1975). Nesse jogo, a identidade surge por meio da constatação de que é a mistura racial que nos particulariza, sendo o mestiço a personificação da diferença, que é nesse movimento transformada em unidade e adjetivada. Trata-se, assim, de uma identidade construída a partir da própria diversidade, que é constantemente acionada e resignificada. É no interior desse movimento circular que se encontra o ‘mito das raças’: uma reelaboração sempre metafórica desse processo constante que leva, na sociedade brasileira, o branco a empretecer e o preto a embranquecer. (SCHWARCZ, 1995).

Ademais, a antropóloga destaca a importância de analisar tais acontecimentos, não como aleatórios e descoordenados, mas sim, fundamentados em uma comunidade de sentidos, previamente construídos. Nessa perspectiva, aponta para autores que teriam atribuído nossa singularidade cultural a herança de nosso período colonial, com a colonização ibérica incorporando em nossas estruturas, as intensas relações pessoais, o personalismo, assim como o delicado espaço entre as esferas pública e privada. Exemplo essencial para a autora, nesse quadro, é Sergio Buarque de Holanda, que em *Raízes do Brasil* (1936), atentava para a existência do “homem cordial” brasileiro. De acordo com ela:

[...] o que estava em questão para Holanda era a emergência de novas instâncias de representação que se sobrepusessem às persistentes estruturas intimistas. É justamente nesses termos que se podem traçar paralelos entre essa versão do ‘homem cordial’ e a noção de ‘dialética da malandragem’, elaborada em ensaio clássico de Antônio Cândido (Sousa, op. cit.). (...) Nessa ‘terra de ninguém moral’ (...) tal personagem caminharia com primor por entre esses espaços pouco delimitados do público e do privado. Versões mais aprimoradas dessa ‘estrutura da malandragem e da mestiçagem social brasileira’. (SCHWARCZ, 1995)

Ainda, segundo Schwarcz, o mestiço poderia constituir um:

Símbolo que parece repercutir nessa nossa ‘comunidade de sentidos’, o mestiço/malandro, cada vez mais branqueado em sua representação, talvez seja uma boa pista para pensarmos como existiu e ainda existe um modo cultural de olhar para o nosso país e reconhecê-lo como tal. A partir dessa recorrente representação seria possível admitir a existência de valores de permanência mental, que sobrevivem à infra-estrutura imediata e dialogam, resignificados, em outros contextos. Como num exercício de ‘antropologia cultural’, percebemos que (...) seria preciso pensar como, desmontados os ‘mitos de fundação’,

desconstruídas as categorias culturais (...) restam valores não-redutíveis ao seu significado imediato. (SCHWARCZ, 1995).

Assim, segundo a autora, é na articulação das estruturas sociais e culturais, antropologia e história, sincronia e diacronia, que se deve buscar a permanência e reinvenção dos significados.

É nesse sentido que o conceito ‘estrutura da conjuntura’ (Sahlins, op. cit.) - um conjunto de relações históricas que ao mesmo tempo reproduzem velhas categorias culturais e lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático - pode nos ser útil, na medida em que explicita como cada sociedade carrega cosmologias particulares, que implicam apreensões originais de uma mesma realidade. [...] O esforço estaria não em ‘historicizar a cultura’, mas no intuito de entender uma certa originalidade, e a própria dinâmica da cultura local, na medida em que ambas - cultura e história - se apresentam material e simbolicamente inseparáveis. (SCHWARCZ, 1995).

Discussão

A primeira coisa que vale a pena notar na trajetória de Lília Moritz Schwarcz é sua escolha pelo curso de História, da Universidade Estadual de São Paulo em 1976, em um período, como já comentado, no mínimo complicado para se estudar e discutir ciências humanas. A segunda, certamente é seu tema de conclusão de curso, “Escravidão em Vila Bela”, possivelmente advindo do impacto que teve a temática, na conjuntura da época, dentro da historiografia, fazendo com que a história da escravidão, ampliasse-se na história social do negro no Brasil.

Outro ponto de destaque nessa análise é sua atividade como bolsista da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), tanto na graduação na USP, como no Mestrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Como já abordado anteriormente a instituição era acusada de financiar pesquisadores e projetos de perfil esquerdistas, e também por ter aguçado o olhar dos governantes, na segunda metade da década de 1970 (quando Schwarcz estava em sua graduação) para temas não comumente abordados pelos mesmos, como a temática racial, na Universidade de São Paulo.

Ademais, ao invés de continuar na História, Schwarcz opta pela Antropologia Social, para produzir seu Mestrado, na Universidade Estadual de Campinas. A ideia que se tem é que a opção da autora pela troca de universidade se deu em prol da “melhor condição” existente na UNICAMP, na época do regime militar. Pode-se notar, nesse sentido, o encaminhamento que a autora dará a seu estudo a partir daí. Nessa época, de acordo com Mariza Corrêa (2013), que foi professora do Departamento de Antropologia da Unicamp durante 30 anos, a Antropologia, começou a enfocar estudos mais próximos culturalmente e socialmente. Assim apesar do clima de perseguição política, é possível perceber ainda o surgimento de uma nova esperança, que impulsionou diversos pesquisadores e teses.

Além disso, o espaço escolhido por Lilia Schwarcz para fazer o seu mestrado mostra-se essencial na formação de uma de suas principais características: a relação de fronteira entre Antropologia e História. Como destacado por Marisa Corrêa, em artigo posto a sintetizar a história do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP:

O trabalho de Verena com mulheres que trabalhavam nas plantações de cana de Campinas foi decisivo para a implementação dessa influência, como ela lembra. “à medida que eu ia recolhendo histórias de vida e trabalhando com documentos históricos para chegar a estabelecer uma continuidade entre os anos 1980 e os anos 70 em Campinas, fui percebendo do que se tratava realmente. É não só, em abstrato, tentar introduzir uma perspectiva histórica na Antropologia – uma Antropologia que era realmente a-histórica na época, funcionalista – nem tampouco acrescentar uma espécie de introdução histórica depois de fazer o típico estudo de caso, mas introduzir a dinâmica histórica através da análise dos sujeitos e das sujeitas que fazem a história. Então, nesse momento, o Peter Worsley me disse uma frase que achei ótima, porque resume muito bem o problema. Ele diz, com toda a razão, que convencionalmente a História conta eventos, fatos, sem gente. Acontecem batalhas, revoluções etc., mas não tem sujeitos – salvo para alguns historiadores como E. P. Thompson, E. Hobsbawm e os marxistas. Enquanto que a Antropologia tem escrito interminavelmente sobre gente sem história. Então a questão é juntar a história com os sujeitos.” Essa perspectiva foi reforçada pela criação, mais tarde, de um Departamento de História no Instituto e pela influência recíproca das duas disciplinas no panorama mais geral das pesquisas em Ciências Humanas.(CORRÊA, M. disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/antropologia/historia>).

Parando para observar as bibliografias frequentemente usadas pela autora, no início de sua carreira acadêmica, mais especificamente entre 1982 a 1986, percebe-se uma grande tendência a referências sobre História, assim como sobre Escravidão. Pode-se notar a presença de autores como Paula Beiguelman, Fernando Henrique Cardoso, Robert Conrad, Sueli Queiroz. Ademais, com a mudança da autora para a Antropologia Social, no período entre 1987-1994, bibliográficas clássicas da Antropologia começam a adentrar em suas obras, tais como: Roberto DaMatta, Clifford Geertz, Claude Lévi-Strauss, Marcel Mauss, Marshall Sahlins.

Além disso, percebe-se uma abrangência internacional nas referências da autora: Louis Dumont, Oswaldo Cruz, George W. Stocking Jr.. Outro ponto importante é o contato de Schwarcz com alguns autores de “especiais” que contaram com grande presença em suas obras: Antônio Cândido, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre Nina Rodrigues, vale notar também alguns autores referenciados como: Mariza Corrêa; João Cruz Costa, João Batista Lacerda, Jacques Le Goff, Richard M. Morse, Maria Pereira de Queiroz, Thomas E. Skidmore.

Na última parte da análise do período estudado (1995-1996), percebemos a adesão de mais alguns clássicos das Ciências Sociais: Franz Boas Emile Durkheim Florestan Fernandes, Lewis H. Morgan, Jean-Jacques Rousseau, E. B. Tylor, Oliveira Vianna. Além disso, é notável também, a adesão de novas referências dentro da temática do povo negro, assim como da população indígena em autores como Manuela

Carneiro da Cunha, Peter Fry, Carlos A. Hasenbalg, Las Casas, Artur Ramos, Letícia Vidor de Reis. Por fim, é justificável dar atenção especial as referências que a autora fez uso na primeira parte do período estudado, e retoma nesta última, os quais são: Fernando Henrique Cardoso, Robert Conrad, Octávio Ianni, S. Robles de Queiroz, Emília Viotti da Costa. E ainda, não esquecer daquelas que permaneceram durante toda sua trajetória (Raimundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior).

É interessante notar a presença de muito desses autores, no corpo docente das Universidades frequentadas pela autora, recebendo uma influência direta ou indireta dos mesmos. Entre eles destacam-se: Paula Beiguelman, Fernando Henrique Cardoso, Mariza Corrêa, Manuela Carneiro Da Cunha, Roberto Da Matta, Florestan Fernandes, Peter Fry, Octávio Ianni, Sergio Miceli, Emilia Viotti Da Costa. Os outros nomes compõem os grandes referenciais da Sociologia e da Antropologia, não somente na época, mas até hoje. Desse modo, podemos compreender um pouco do referencial teórico bibliográfico utilizado por Lilia Schwarcz em suas obras.

Considerações finais

Dessa maneira, pode-se compreender um pouco da maneira com Lilia Moritz Schwarcz constituiu seu pensamento e interpretação das relações raciais no Brasil. A partir dos textos escritos, das faculdades frequentadas, e, sobretudo do contexto histórico do período em geral, é possível percorrer a trajetória da autora, e formular hipóteses acerca de suas ações e intenções. Assim, as conclusões até o momento, decorrentes um levantamento das fontes mobilizadas e dos referenciais teóricos adotados pela autora, indicam uma fundamentação histórica e antropológica, utilizada e defendida pela mesma, no sentido de entendimento tanto das estruturas, quanto das continuidades. Nesse sentido, perpassando o domínio da história das mentalidades, Schwarcz utiliza este esquema metodológico para interpretar e compreender as relações raciais e o pensamento racial no Brasil.

Além disso, Schwarcz utiliza como fonte os jornais, a fim de perceber como a imagem do negro era construída e apresentada às pessoas e como isso se desenvolveu ao longo do tempo, evidenciando como os periódicos eram capazes de criar uma realidade. Além disso, discute imagem do negro, e o pensamento das elites intelectuais no final do século XIX, como também a criação das instituições nacionais, onde cientistas pesquisavam e discutiam o país, e logo, a questão das raças. Com isso, num momento de formação do Brasil e do pensamento racial, conviviam de um lado, as teorias científicas deterministas e evolutivas, e de outro o pessimismo oriundo do futuro de uma nação mestiça. É nessa perspectiva que a autora defende a originalidade dos intelectuais da época, ao adaptar as teorias europeias a realidade brasileira, transformando o pensamento racial, e consolidando “a luz no fim do túnel” no espetáculo da miscigenação. Assim,

Schwarcz propõe uma reflexão no intuito de entender certa originalidade, e a própria dinâmica da cultura local, na medida em que ambas - cultura e história - se apresentam material e simbolicamente inseparáveis.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar o que dizer*. 2.^a Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

CORREIA, Mariza. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. História do PPGAS in: PPGAS Unicamp <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/antropologia/historia>.

COSTA, Hilton; DORIGAN, Micheli. L. *Criando Realidades: jornais e relações raciais segundo Lilia Schwarcz*. Revista NEIAB, v. 2, p. 1-15, 2018

DURHAM, Eunice. *O controle ideológico na Universidade de São Paulo (1964-1978)*. 2^a Edição. São Paulo: Edusp, 2004.

MOEHLECKE, Sabrina. *Ação Afirmativa: história e debates no Brasil*. In: Revista Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

POCOCK, John G. A. (2003). *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp.

SCHWARCZ, L. K. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 223p.

_____. Entre Boas Amigas: História e Antropologia. *Revista USP*, São Paulo, v. 21, p. 23-37, 1994.

TOLEDO, Caio N. de. *A Unicamp Não Foi Uma Ilha: Por Uma Comissão Da Verdade E Memória*. 2013.

Recebido em 12/03/20 aceito para publicação em 11/11/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.